

A. I. Nº - 108595.0002/02-4
AUTUADO - RECONS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - MARIA CELIA RICCIO FRANCO
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0445-02/02

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. a) OPERAÇÕES NÃO ESCRITURADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. **b)** VALOR DESTACADO EM NOTA FISCAL DE VENDA, MAIOR QUE O LANÇADO NO LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS. Apurada a falta de recolhimento do imposto. **2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a)** MATERIAL DE CONSUMO. **b)** CRÉDITO FISCAL EM VALOR SUPERIOR AO DESTACADO EM NOTAS FISCAIS. **c)** DOCUMENTO FISCAL LANÇADO EM DUPLICIDADE. **d)** DESTAQUE DE IMPOSTO A MAIS NOS DOCUMENTOS FISCAIS. **e)** FALTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO CRÉDITO. **f)** DOCUMENTOS INIDÔNEOS. (NOTAS FISCAIS FALSIFICADAS). O autuado elidiu somente parte da infração relativa à falta de apresentação do documento correspondente aos créditos utilizados. **3. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO.** Infração não contestada pelo autuado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 27/09/2002, refere-se a exigência de R\$51.409,42 de imposto, mais multa, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. Omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrentes do não lançamento do documento fiscal nos livros fiscais próprios. Notas Fiscais não lançadas na base de cálculo do ICMS.
2. Recolhimento do ICMS efetuado a menos, em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas. Valor destacado em nota fiscal, maior do que o lançado no Registro de Saídas e no RAICMS.
3. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento.
4. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, em valor superior ao destacado nos documentos fiscais. Foi utilizado o valor contábil como base de cálculo.
5. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a lançamento de documento fiscal em duplicidade.
6. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a mais nos documentos fiscais.
7. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito.
8. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a documentos fiscais falsos ou inidôneos. Empresa com atividade econômica incompatível com as mercadorias vendidas.

9. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

O autuado alega em sua defesa que reconhece o débito a pagar, no valor de R\$46.740,30, entendendo que não assiste razão à autuante quanto ao item 07 do Auto de Infração, haja vista que foi solicitado um prazo para apresentação dos documentos comprobatórios dos créditos, mas não foi atendido. Assim, alegou que fica impugnada a infração, declarando que o total do imposto devido é R\$4.483,87. Juntou aos autos diversas notas fiscais de aquisição de mercadorias, requerendo a procedência parcial do Auto de Infração, no valor reconhecido nas razões de defesa.

A autuante apresentou informação fiscal, dizendo que a empresa foi regularmente intimada a apresentar a documentação fiscal do período fiscalizado, teve prazo para isso, entregou parte da documentação, sendo conferidos os lançamentos, constatando-se a falta de grande parte da documentação. Disse que o contribuinte reconheceu mais de 90% do PAF e não pode alegar que toda a autuação é injusta.

A autuante reconhece como procedente o questionamento dos créditos indevidos, estornados por falta de apresentação dos documentos, que foram anexados ao PAF. Assim, a autuante acatou a defesa apresentada, informando que fica reduzido o valor da autuação, conforme proposto pelo autuado, para R\$46.740,30, reconhecendo como válidos os créditos acobertados pelas notas fiscais acostadas aos autos.

VOTO

De acordo com as razões defensivas, o contribuinte contestou somente a sétima infração, tendo informado que reconhece o débito a pagar, no valor de R\$46.740,30, entendendo que não assiste razão à autuante quanto ao item impugnado. Assim, considero procedentes os demais itens da autuação fiscal, haja vista que não existem controvérsias, sendo acatados pelo autuado.

A infração 07 trata da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, sendo anexadas aos autos pelo defendente, diversas notas fiscais de aquisição de mercadorias, comprobatórias de créditos fiscais utilizados, e informado pelo contribuinte que não localizou a documentação dos três primeiros valores do item impugnado, e por isso, requer que a infração 07 seja alterada para R\$4.483,87.

Analisando a documentação acostada aos autos pelo contribuinte a autuante informou que acata as notas fiscais apresentadas pelo autuado, e por isso, fica reduzido o valor da autuação, conforme proposto pelo autuado, para R\$46.925,55, reconhecendo como válidos os créditos acobertados pelas notas fiscais anexadas ao PAF.

Assim, considero procedentes as conclusões e valores atestados pela autuante em decorrência da impugnação apresentada pelo autuado, tendo em vista que as notas fiscais acostadas aos autos pelo defendente apresentam indícios de idoneidade, e por isso, são tidos como legítimos os créditos consignados nos mencionados documentos fiscais.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, tendo em vista que em decorrência da comprovação apresentada, foi parcialmente elidida a infração 07, ficando reduzido o imposto exigido no mencionado item para R\$4.669,12, consequentemente, o total do débito ficou alterado para R\$46.925,55.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 108595.0002/02-4**, lavrado contra **RECONS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$46.925,55**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 70% sobre R\$1.461,47, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96; 60% sobre R\$5.162,85, prevista no art. 42, inciso II, alínea “a” e inciso VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96; 100% sobre R\$35.870,58, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “j”, da Lei nº 7.014/96 e 50% sobre R\$4.430,65, prevista no art. 42, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de dezembro de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR